

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES, RELAÇÃO DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE: O QUE AS COTAS TÊM A VER COM ISSO?

REPRESENTACIÓN SOCIAL DE LAS MUJERES, RELACIÓN DE GÉNERO, RAZA Y CLASE: ¿QUÉ LAS CUOTAS TIENEN VER CON ESO?

Grazielly dos Santos Germano 1
Kênia Gonçalves Costa 2

1 Mestre em Estudos de Cultura e Território (2018) pela Universidade Federal do Tocantins e especialista (lato sensu) em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (2017) pela mesma instituição. Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2013) onde trabalhou como monitora nos Laboratórios de Metodologia de Pesquisa em Psicologia, Psicologia Social e Psicopatologia no acompanhamento aos alunos, auxílio à docência e produções científicas. Foi membra organizadora da Liga Acadêmica de Saúde Mental (LASME) na mesma instituição, promovendo grupos de estudos e seminários com temas relacionados à Saúde Mental em interface com a Saúde Pública. Atualmente, desenvolve projetos e pesquisa no grupo "Território, Memórias Coletivas e Trajetórias Sócioespaciais" que visa pesquisar as relações territoriais, ambientais, étnicas, socioculturais na Universidade Federal do Tocantins no Câmpus Cimba em Araguaína -TO. E-mail: grazie.germano@gmail.com

2 Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2014), onde também me titulei mestra em Geografia (2005), licenciada em Geografia (2007) e Bacharela em Geografia (2002). Além disso sou Técnica em Agrimensura pela Escola Técnica Federal de Goiás (1996). Desde 2014 estou vinculada ao Colegiado de Licenciatura em Geografia da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus Araguaína nas seguintes atividades: docente, membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e coordenadora do Laboratório de Ensino e Práticas em Geografia (LEPG). Desde 2017 também estou vinculada como docente/orientadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPPGCult) e desde 2018 atuo como pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Práticas e Saberes Agroecológicos (NEUZA). E-mail: keniocost@mail.uft.edu.br

Resumo: A teoria das representações sociais há muito que enriquecer as discussões sobre gênero por intermédio desse conceito que pode abarcar o entendimento das mais diversas formas de manifestação das desigualdades, gênero, raça e classe, pois compreendem pensamentos, sentimentos, emoções, práticas, afetos e cognição, que se apresentam em constante mudança no tempo e na história (MOSCOVICI, 2003). Nesse âmbito, pretendeu-se refletir por meio do levantamento de literatura uma relação entre as representações sociais de gênero e a importância das cotas étnico-raciais para mulheres que fazem parte dos grupos subalternizados socialmente. Assim, discutiram-se as representações sociais das mulheres, destacando que elas são construídas por preconceitos e estigmas que cada mulher carrega em sua história de vida, particularmente, de acordo com o seu lugar social. Para isso, foram realizadas entrevistas por meio da metodologia da história oral com mulheres cotistas da Universidade Federal do Tocantins - Câmpus de Araguaína - TO e a partir desse enfoque foi construída uma articulação teórica às questões que emergiram nesse processo.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Ações afirmativas; Cotas.

Resumen: La teoría de las representaciones sociales hace mucho que enriquecer las discusiones sobre género por intermedio de ese concepto que puede abarcar el entendimiento de las más diversas formas de manifestación de las desigualdades, género, raza y clase, pues comprenden pensamientos, sentimientos, emociones, prácticas, afectos y cognición, que se presentan en constante cambio en el tiempo y en la historia (MOSCOVICI, 2003). En ese marco, se pretendió reflejar por medio del levantamiento de literatura una relación entre las representaciones sociales de género y la importancia de las cuotas étnico-raciales para mujeres que forman parte de los grupos subalternizados socialmente. Así, se discutieron las representaciones sociales de las mujeres, destacando que ellas son construídas por prejuicios y estigmas que cada mujer lleva en su historia de vida, particularmente, de acuerdo con su lugar social. Para ello, se realizaron entrevistas a través de la metodología de la historia oral con las mujeres cotizantes de la Universidad Federal de Tocantins - Câmpus de Araguaína - TO y desde ese enfoque se construyó una articulación teórica a las cuestiones que emergieron en ese proceso.

Palabras-clave: Género; Mujeres; Acciones afirmativas; Cuotas.

Introdução

No cerne da perspectiva epistemológica, há no objetivo interdisciplinar uma alternativa à abordagem disciplinar, que é reguladora e normatizadora, que vai na contramão do compartilhar diferentes domínios de saberes. E, na presente pesquisa, houve uma tentativa de realizar tal proposta, por meio de mediação e interlocução de diferentes e muito específicos “lugares de fala”, mas que se encontram em determinado momento no mesmo caminho, na necessidade de afirmação e reivindicação política e social por meio das ações afirmativas¹. As mulheres cotistas se unem em um mesmo objetivo, que é a garantia de um direito conquistado com muita perseverança e oferecem suas “vozes” para anunciar que eles se mantenham até quando for preciso.

Grosfoguel (2010) enfatiza o equívoco da desvinculação do lugar epistêmico étnico-racial, sexual, de gênero ao quebrar a ligação com o enunciador desses lugares, criando assim, um mito que as ciências ocidentais conseguem gerar um conhecimento universal verdadeiro. Dessa maneira, ele destaca a importância da distinção de um “lugar epistêmico” e “lugar social, ou seja, embora alguém esteja situado socialmente do lado do oprimido nas relações de poder, não quer dizer que automaticamente pense a partir de um lugar epistêmico subalterno. É justamente nesse ponto que está o sucesso colonial de levar os sujeitos socialmente que estão do lado dos oprimidos a pensarem como aqueles que se encontram em posições dominantes. As epistemologias do conhecimento subalterno dão origem a uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas.

O *gênero* tem sido um dos recursos conceituais chave de destaque nesses respectivos lugares, epistêmico e social, uma categoria que permite contemplar a construção de sexualidade e sua orientação como entidades sociais, políticas e culturais, superando as limitações do conceito de sexo, que parece referir a algo natural, primário, essencial e aparentemente apresentado às transformações históricas. Assim, o gênero é um sistema de relações sociais, simbólicas e psíquicas que serve como marcador das diferenças que acabam sendo desfavoráveis às mulheres em relação aos homens.

Dessa maneira, o gênero possui um componente estrutural, pois está presente nas bases da organização social e da divisão do trabalho. Além disso, tem um componente simbólico que se expressa mediante atributos personificados que se aplicam as pessoas, bem como as coisas e conceitos abstratos. Tem por último um componente individual que afeta a identidade das pessoas e a forma em que se reconhecem a si mesmas e seus próprios corpos. No campo da ciência, as metáforas sexuais são imagens sociais que atuam de dois modos: incorporando expectativas sociais nas representações que fazem da natureza e naturalizando crenças e práticas culturais. (ORTIZ GOMEZ, 1997).

Seguindo esse raciocínio, se tratando da teoria das representações sociais há muito que enriquecer as discussões sobre gênero por intermédio desse conceito que pode abarcar o entendimento das mais diversas formas de manifestação das desigualdades, gênero, raça e classe, pois compreendem pensamentos, sentimentos, emoções, práticas, afetos e cognição, que se apresentam em constante mudança no tempo e na história. As representações sociais são como o conjunto organizado de informações, atitudes, crenças que um indivíduo ou um grupo elabora a propósito de um objeto, de uma situação, de um conceito e de outros indivíduos ou grupos, apresentando-se, portanto, como uma visão subjetiva e social da realidade (MOSCOVICI, 2003).

A representação das mulheres na construção da história da humanidade demonstra papéis sexistas, evidenciado de forma notável, pois há uma tendência de coisificação, hiperssexualização e desqualificação. Este tipo de representação tem uma função fundamental na construção de significados e imaginários sociais, portanto, realizando a manutenção das relações que negam identidades que não se ajustam ao modelo construído historicamente, tais como as dos grupos minoritários. Se há uma representação das mulheres na sociedade que caminha dialeticamente nesses parâmetros, por meio de uma hierarquia social, a participação da mulher em espaços

1 Para Munanga (2001, p. 31), as ações afirmativas são muito recentes na história da ideologia anti-racista. Nos países onde já foram implantadas (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros), elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação. Daí as terminologias de “*equal opportunity policies*”, ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias.

públicos e especialmente os de poder e liderança se tornam inexpressivas e aqueles que promovam sua emancipação, como por exemplo, o que se trata o presente trabalho, nas áreas de educação superior, tende a inferiorização ou silenciamento.

Metodologia

Utilizou-se a metodologia da história oral nas entrevistas realizadas, que é uma ferramenta baseada na interpretação das memórias dos sujeitos. Portelli (2000), afirma que a história oral lida com a memória não apenas com o objetivo de preservar a informação, mas como um processo que ainda está em andamento, em movimento. Por isso, a memória é encarada como um “fato da história”, não apenas como uma recordação da história, mas memória “como”, no sentido de estado, da história. Assim, ele faz uma observação instigante em relação a essa metodologia, dizendo que acredita ser uma extensão da política, pois há um desafio das memórias às ideologias dominantes, também é uma parte de movimentos políticos de indivíduos aos poderes dominantes na economia e na política.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as estudantes cotistas² da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Araguaína (onde estão localizados 12 cursos de graduação), que incluem as estudantes pretas, pardas, quilombolas, indígenas³, totalizando 482⁴, sendo que, desse total, 51% se consideram do gênero masculino e 49% do gênero feminino, e dentre as do gênero feminino, que se refere o objeto de pesquisa do presente estudo, o percentual de cotistas pretas é maior (51%), seguidas pelas pardas (40%), depois quilombolas (7%) e indígenas (2%), na sequência, nesse *campus*. Assim, foram selecionadas aleatoriamente 2 (duas) de cada grupo, totalizando 8 (oito) participantes. Segue descrição que foi utilizada ao longo do trabalho: Cotista “A”, mulher negra; Cotista “B”, mulher negra; Cotista “C”, mulher negra; Cotista “D”, mulher negra; Cotista “E”, Mulher quilombola – Comunidade Quilombola Pé do Morro⁵; Cotista “F”, mulher quilombola – Comunidade Quilombola Dona Juscelina⁶; Cotista “G”, mulher indígena – Povo da etnia Karajá-Xambioá⁷; Cotista “H”, mulher indígena – Povo da etnia Karajá-Javaé.

Nesse âmbito, esse estudo pretende favorecer um saber interdisciplinar sobre questões de gênero, étnicas raciais e classe, por meio das histórias de vida das estudantes cotistas e suas vivências na universidade. A partir desse enfoque foi realizada uma discussão às questões que nesse processo emergiram articulando a teoria já mencionada.

Discussão

As discussões de gênero na modernidade se basearam por bastante tempo em uma representação social da mulher de maneira homogênea, isto é, atribuição a “mulher” como termo universal, que geralmente se refere às mulheres dentro do padrão eurocêntrico, não se ouve falar “mulher branca” apenas “mulher” para se referir às mulheres brancas. Quando para se referir as que não estão nesse padrão a “mulher negra”, a “mulher indígena” é preciso a descrição étnico-racial. Dessa maneira, através desse exemplo, é entendido como as facetas dessa representação social podem fortalecer os estigmas de classificação das mulheres e suas particularidades.

Os grupos sociais das entrevistadas são estigmatizados e colocados à margem através das representações sobrepostas por meio do processo de colonização, o estigma pode ser nutrido pelos preconceitos e estereótipos que lhe são atribuídos de maneira trivial nas relações sociais, assim

2 Estas estudantes estão inseridas nas políticas afirmativas, contudo o processo seletivo e as estudantes se denominam cotistas, assim, neste trabalho, se denominará com esta terminologia, “cotistas”.

3 Classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4 Dados obtidos pela Coordenação e Desenvolvimento, Informação e Suporte Acadêmico da UFT (UFT/PROGRAD, 2017).

5 Localizada em Aragominas – TO. De acordo com relatos históricos, a comunidade Pé do Morro foi a responsável pela origem de Aragominas, em 27 de julho de 1952, com a chegada de 27 famílias de romeiros ao morro do Cruzeiro.

6 Localizada no perímetro urbano, na cidade de Muricilândia – TO, existem poucos registros sobre sua história, o que se sabe é que muito provavelmente o quilombo tenha se instalado no Tocantins da década de 1940 ou 1950, depois de um processo migratório do estado do Maranhão.

7 Costa (2014) realizou uma pesquisa minuciosa, no qual descreveu aspectos étnicos, culturais e geográficos do Povo Iny, que se pode traduzir como “nós”, ao qual pertence o grupo étnico Karajá, que está vinculado ao tronco linguístico Macro-Jê, que por muitos séculos se mantém na bacia do Rio Araguaia e que atualmente se espacializa em três grupos: os Javaé (Ilha do Bananal – TO), os Xambioá (ou Norte) e os Karajá (Ilha do Bananal – TO e Aruanã – GO).

sendo mantidos estruturalmente as estruturas do racismo e sexismo. Não é incomum ouvir “índio é preguiçoso”, “índio é burro”, “nossa ela é professora (sobre mulher negra), parece empregada”, “mulher tem que ficar em casa e cuidar dos filhos”, “só está aqui por causa das cotas”. Essas frases só são alguns exemplos de situações relatadas pelas entrevistadas. No entanto, a título de exemplo, em uma situação muito específica, a Cotista “A” conta sobre a primeira escola que trabalhou, relata que essa escola era a estigmatizada da cidade e encaminharam para lá, pois segundo ela, por ser mulher negra e muito simples, ela “se encaixava no perfil” adequado, nas palavras dela, “a cidade tem uma visão equivocada que é escola de marginal, é aquela escola que tudo que as outras não querem mandam para lá, fiz minha locação lá e até hoje estou lá, gosto demais e não pretendo sair”.

Outro exemplo aparece no relato da Cotista “G”, ela conta como se sentiu ao ouvir sobre o que falaram sobre seu povo e como isso a sensibilizou: *“Na faculdade mesmo, ouvi pessoas falarem que os índios são burros, na turma que eu fiz disciplina, só que fiquei calada, não quis falar nada, não respondi, chorei.”* (Cotista “G”, mulher indígena, povo da etnia Karajá-Xambioá).

Em outra situação, a Cotista “F” relata suas experiências de estigmas que carregou por ser mulher, uma experiência que vivenciou quando estava grávida e estava estudando no ensino médio:

“Minha comunidade é muito pequena, tinha muita cobrança de outras pessoas por exemplo, como uma menina tão nova tá grávida, não casa, por que ainda tá estudando, tem que arrumar trabalho e procurar morar com o marido, enfim, até meu pai me agrediu tentando impedir de eu ir na escola, foi nesse contexto todo que eu fiz o ensino médio, muito choro, depressão mas eu consegui terminar o ensino médio” (Cotista “F”, mulher quilombola, Comunidade Quilombola Dona Juscelina).

Goffman (1982) diz que é estabelecido uma relação impessoal com o outro por meio do estigma; uma individualidade empírica não é atribuída para cada sujeito, mas como representação das circunstâncias de certas características tipicamente estigmatizantes, com marcadores internos que podem indicar um desvio, mas também uma diferença de identidade social. O estigma é um atributo que produz um amplo descrédito na vida do indivíduo ou grupo; em situações extremas, é classificado como fator de desqualificação e desvantagem em relação ao outro.

Na fala a seguir demonstra na prática como isso ocorre quando um sujeito da periferia não acredita que a universidade não espaço para ele:

“Quem é da periferia tem preconceito com a universidade, acho que até porque essa imagem que a universidade tem, que não é um espaço para eles, eu vejo como resistência, a gente sempre tá falando que esse é um espaço público, mas eles não acreditam que sejam capaz” (Cotista “C”, mulher negra).

Moscovici (2003, *apud* Sá, 1995) diz que toda representação é construída na relação do sujeito com o objeto representado, por exemplo, na sociedade estão circulando a todo vapor os signos que lhe são representados como o que é “ser mulher”, assim, nesse contato com o meio, de forma subjetiva, se agregam de tal maneira a formar o auto entendimento do que de fato regem seus comportamentos e reestruturam continuamente a existência e atuação dentro de representações previamente estabelecidas pela cultura, e nessa disputa o que vence é o que é hegemônico e dominante.

O processo de representar socialmente emerge da materialização dos conceitos abstratos comuns ao grupo, o que se denomina de objetivação, ao mesmo tempo em que cria um contexto inteligível ao objeto representado, ou sua integração cognitiva, conceitualmente denominado ancoragem. Nesse processo, a representação tem por objetivo transformar em familiar (SÁ, 1995). O que quer dizer que quando o coletivo, ao observar as mulheres em posições de poder, não encontra em seu imaginário os significados necessários para não estigmatizá-las, levando em consideração que na história recente elas não pertenciam a esses espaços, assim, o imaginário social não encontra os elementos que lhe são familiares. Assim, as características comportamentais

que não contemplam aquelas que construíram por meio de suas relações e cultura é o seu lugar de experiências vividas ao longo de sua trajetória.

O objeto, seja ele humano, social, material ou uma ideia, será apreendido através da comunicação. Na elaboração das representações sociais se faz necessária a contribuição de dois fatores: a objetivação e a ancoragem, os quais são responsáveis pela interpretação e atribuição de significados do objeto social, nessa reflexão, os significados do “ser mulher”. Ou seja, se a todo momento todas as mulheres são bombardeadas com representações de uma única maneira “ideal” de “ser mulher”, em seu processo de objetivação, ela não encontrará os elementos para ancorar outras representações que poderiam agregar sua maneira particular de ser mulher, somando àqueles que lhe são impostos socialmente e talvez negando à cultura e identidades de grupos não dominantes. (SÁ, 1995). Como é possível observar nas seguintes falas:

“Hoje eu percebo que muitas das pessoas que tinha preconceito, tinha discriminação em relação a mim, elas ainda não me aceitam, muita gente. Eu sinto por que essa mulher tá fazendo isso não é o lugar dela?” [sobre estar na universidade]. Eu sinto isso, que ali não é meu lugar e que estou ali por acidente, a gente sabe que tem isso, não adianta dizer que não tem, que tem” (Cotista “A”, mulher negra).

“Minha mãe sempre me diz que eu nunca procuro ela, que eu sou dessas de ir lá e fazer, desde sempre me informava bastante e quando eu cheguei aqui [na universidade] e vi que poderia conciliar as coisas, mesmo com tantas dificuldades, com preconceito, por ser negra, mulher. No início o pessoal falou” uma mulher se formar em química’, as pessoas têm esses clichês, que nem em física, num tem?” (Cotista “E”, mulher quilombola, Comunidade Quilombola Pé do Morro).

Na representação da mulher na sociedade é legitimado os consensos de uma forma velada, exercendo o que Bourdieu (2003) identifica como a violência simbólica, que se realiza essencialmente através de caminhos puramente simbólicos da comunicação e do conhecimento, mais exatamente do desconhecimento, do reconhecimento, e por último, o sentimento. Dessa maneira, compreende as significações que mascaram as relações de poder e que estão atreladas as questões de gênero, raça e classe nessas representações.

Nesse sentido, é interessante observar o poder simbólico que a nossa cultura reserva para as mulheres quando ela interrompe o ciclo da opressão, buscando um espaço público para sua visibilidade, como na universidade, onde seu próprio contexto se encaixa nos outros mais diversos sistemas de símbolos de dominação, como a racial e a de classe. Por isso, pensar em mulheres é pensar em dominação e opressão, mas também em como elas são superadas, pois é certo que esse espaço traz consigo a dicotomia de ajustamento e liberdade, e é esse sentimento ambíguo que circunda a trajetória das mulheres na universidade ao longo do tempo que precisam superar situações de violência relativas à sua condição de “ser mulher”, como por exemplo na situação relatada a seguir:

“Fiquei constrangida com insinuações, que não me pareceu direto para mim, tava eu e outras pessoas, eu fiquei muito sem graça, ou seja, foi como um assédio mesmo, desconversei, foi que ele [professor] praticamente me falou que eu tinha alguma coisa que eu atraia nele, com um olhar meio malicioso [falando baixinho]” (Cotista “D”, mulher negra).

A entrevistada Cotista “H” relata suas restrições do espaço público por ser uma mulher:

“Meus irmãos, eles são muitos bons, muito inteligentes, eles dois tiveram muita formação nas questões indígenas do país, eu não. Pelo fato de eu ser mulher, as coisas são realmente mais restritas. Meus irmãos já viajaram, já fizeram muitos

curso de nível muito alto que eles pensaram muito para conseguir, alcançar o nível do pessoal que tava com eles, mas eu nunca fui, eu nunca tive oportunidade. E também recebi conselhos que não era legal eu ir para esse lado. Eu vejo no meu estudo uma oportunidade para quem não é brilhante sabe [...]”. (Cotista “H”, mulher indígena, povo da etnia Karajá – Javaé).

Nos processos dos imaginários coletivos, se manifesta essa violência simbólica, reproduzindo estereótipos da mulher, constituindo uma marca das relações desiguais de poder que é utilizado por um grupo para manutenção da ordem social e simbólica. A reprodução de estereótipos é um grave obstáculo para superar as desigualdades que terminam por justificar a discriminação (HALL, 2006). As mulheres na sociedade, de forma geral, aparecem nos papéis que o patriarcado atribui à identidade feminina e invisibilizam as mulheres que rompem as normas de gênero e reforça a submissão e a dominação que caracteriza o sistema moderno colonial de gênero.

Desse modo, uma representação social não pode ser compreendida enquanto processo cognitivo individual, uma vez que é reproduzida no intercâmbio das relações e comunicações sociais, assim são transferidas outras representações específicas às do espaço privado, forjando assim, papéis fantasiosos compostos por representações sociais alicerçadas por uma visão estereotipada sobre as mulheres.

Assim, as representações sociais das mulheres na sociedade colaboram para a disseminação de representações baseadas no preconceito, que tem um caráter social, assimilado, para depois aplicá-lo espontaneamente a casos concretos através de mediações, onde as mídias sociais têm uma grande importância. A mídia tornou-se ferramenta fundamental nas relações humanas atuais. Sobre essa questão, a Cotista “H” menciona a forma que as mulheres são representadas na mídia: “Falando de nós mulheres, não me representa por que o tempo é outro, normalmente quando mostra uma mulher indígena, mostra uma mulher de 1500, por isso não me representa. Muito sem noção, os homens veem as mulheres assim... [excitou verbalizar]”.

Dessa maneira, todas as entrevistadas, em algum momento, foram vítimas de preconceitos, ora por serem mulheres, ora pelo seu grupo social, ora duplamente. Heller (1979) afirma que os preconceitos são construídos de acordo com que são propagados na esfera cotidiana, constituindo-se, sendo assim, classificados por meio do pensamento e do comportamento cotidianos. O preconceito, se manifesta em diferentes maneiras de discriminação, sendo assim uma realidade que é objetiva para vários os segmentos de pessoas. O que se remete no porquê as diferenças na forma de ser e viver são desculpas para a manifestação de múltiplas modalidades de opressão.

Assim, afirma Berger (1971), no processo de socialização o indivíduo não só aprende os significados objetivos, mas também os internaliza e é modelado por eles, incorpora-os no seu interior e os faz seus, e nessa relação dialética se constitui as representações da mulher e sobre as mulheres. Converte-se em alguém que não só possui esses significados, mas que também os representa e os expressa. O êxito da socialização depende do estabelecimento de uma simetria entre o mundo objetivo da sociedade e o mundo subjetivo do indivíduo. Isso quer dizer que, ao nascer, o ser humano não é cultural e à medida que cresce, transforma-se em membros do grupo em que estão inseridos através da aquisição dos valores e normas do grupo e, conseqüentemente, dos seus modelos de comportamento, compondo uma identidade. Ao se relacionar com o outro, o indivíduo desenvolve a referência do que é ser igual e percebe, então, que é diferente, que é único. Na articulação entre a diferença e a igualdade forma-se a identidade.

A identidade se forma a partir da relação do indivíduo com a sociedade, sendo, portanto, um fenômeno social e não natural biológico e/ou inato. Ciampa (1987) afirma que cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal, uma história de vida, um projeto de vida, no emaranhado das relações sociais. Segundo o autor, a formação da identidade está na integração do individual no plural, o que sugere pensar no coletivo que habita cada pessoa (identidade social). O ser humano é aquilo que se define no agora, o que traz de experiências anteriores e o que está por vir, ou seja, o que também projeta.

Os papéis sociais são frutos da sociedade e, no processo de socialização, o indivíduo se apropria deles construindo os sentidos de particularidades de seus personagens, os quais, por sua

vez, construirão sua identidade. Personagens e papéis mudam, é um movimento. Quem se é hoje só existe pelo movimento de interiorização de elementos novos. E o novo só existe pelos processos históricos vividos. Os papéis são construídos por meio de marcadores sociais, dessa forma, por exemplo, as entrevistadas na atual pesquisa como mulher-negra, mulher-indígena, mulher-mãe, mulher-quilombola, mulher-cotista, e/ou todos os papéis somados, constituem o sujeito e sua forma de atuação no mundo, sendo assim, sua identidade. (CIAMPA, 1987).

Ciampa (1987) apresenta a identidade como um processo contínuo de transformação, que ele chama de metamorfose, onde estão envolvidas todas as particularidades do ser humano: biológicas, psicológicas e sociais. Essa transformação acontece ao longo do tempo de vida de cada indivíduo, constituindo uma singularidade que se identifica e se diferencia em relação a ele mesmo em diferentes momentos, assim como se aproxima e se distancia de outros indivíduos em momentos diferentes ou iguais. O Eu se configura a partir das relações sociais que permitem a cada um observar papéis, assumi-los e obter a confirmação do seu exercício através de outros indivíduos significativos.

Logo, depois desse percurso teórico, a fim de compreender como os processos de socialização e formação de identidades se constituem, para posteriormente a classificar por gênero, os mais diversificados contextos, pretende-se, nessa perspectiva, traçar um caminho que problematize as manifestações desiguais de gênero. Tomando como principal objetivo aumentar os saberes nessa linha e contribuir para equidade de gênero no contexto do ensino superior.

Gênero e raça/etnia e ações afirmativas para os grupos subalternizados

Os grupos das mulheres indígenas e grupos de mulheres negras não podem ser tratados exclusivamente sob o viés da questão de gênero, pois possuem uma singularidade que exigem a identificação das suas demandas específicas. Há condições que fazem com que os sujeitos assumam, a partir de seu lugar social, diferentes visões que geram processos particulares implícitos na luta de cada grupo. Assim, essa particularidade vem requisitar práticas que ampliem a concepção do protagonismo feminista na sociedade brasileira, resguardando essas especificidades. Esse é o motivo pelo qual as mulheres negras considerem o enfrentamento do racismo como prioridade política. Afirmção também feita por Lélia Gonzalez, “[...] a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial, assim pode-se dizer que as ações afirmativas raciais representam uma importância imensurável, pois atinge em cheio a pauta principal dessas mulheres [...]”. (CARNEIRO, 2003, p.119). Ou seja, se efetivando como uma importante ferramenta para o enfrentamento de representações sociais preconceituosas e estigmatizante pois permitem o rompimento de ciclos que alimentam as desigualdades de gênero e étnico-raciais. Logo, as cotas⁸ se revelam como uma chave para o rompimento de representações que alimentam o *status quo*.

Segundo Sueli Carneiro (2003), sob a ótica das mulheres dos grupos subalternizados, ocorre a diversificação das concepções e práticas políticas, inserindo, dessa maneira, por meio de um resultado dialético, se constrói a promoção e afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, bem como, exigem o reconhecimento das desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres. Como se apresenta nas seguinte falas:

“As cotas em si é uma política afirmativa que é mais que necessária porque, eu digo por mim e por outros alunos que são quilombolas e indígenas, porque se elas não existisse talvez a gente não estivesse aqui dentro [na Universidade], não porque não somos capazes, mas porque o sistema te

⁸ As políticas públicas para a diversidade ganharam mais espaço a partir da década de 1990, como por exemplo, as questões étnico-raciais, com as cotas para negros e indígenas; união estável para homossexuais; Lei Maria da Penha para mulheres e outros. Especificamente, sobre as políticas de ações afirmativas étnico-raciais ao ingresso na universidade, foi promulgada a Lei federal nº 12.711, no ano 2012 (BRASIL, 2012a), mais conhecida como “Lei de cotas”, regulamentada pelo Decreto nº 7.824 (BRASIL, 2012b) e pela portaria do MEC nº 18 (BRASIL, 2012c) que significou um avanço para democratização no acesso ao ensino superior. (SISS *et al*, 2016). Segundo Santos (2006) foi pela entrada dos negros na Universidade neste início do século XXI, fruto da atuação do Movimento Negro brasileiro, que deu abertura para o debate sobre a democratização racial.

esmaga. Eu já me afirmava quilombola, mas agora eu levanto a bandeira, eu luto pela minha comunidade”. (Cotista “F”, mulher quilombola, Comunidade Quilombola Dona Juscelina).

“As cotas representam para mim, que já tenho 43 anos e dois filhos crescidos, e olha que eu não tenho esse mesmo ritmo da meninada, fazia tempo que não estudava nada, comecei trabalhar muito cedo e a universidade já era um sonho esquecido, meu marido que me escreveu no vestibular e fiz a prova sem muita expectativa, que bom que deu certo e já estou terminando, nem acredito”. (Cotista “B”, mulher negra).

As ações afirmativas, que partem do pressuposto da inclusão social de sujeitos que ao longo da história foram subalternizados e invisibilizados, se constituem como importantes agentes que contribuem para transformação de uma sociedade mais respeitosa às igualdades de direitos. Como observado, a racialização dos sujeitos é uma ferramenta ainda em funcionamento pleno, na qual as mulheres que fazem parte desses grupos sentem na pele cotidianamente os reflexos de estrutura social, que as colocam abaixo nessa hierarquização.

A desigualdade cresce por meio da manutenção de um sistema que restringe o acesso à riqueza nacional por parte da maioria da população, principalmente as mulheres negras e indígenas. E por isso, é fundamental na busca por um novo marco civilizatório que as mulheres se posicionem claramente contra a ordem do sistema econômico vigente. Assim, Carneiro (2003, p.12) destaca em seu estudo que

Os movimentos brasileiros de mulheres opõem-se às políticas neoliberais e de ajuste estrutural e reafirmam a necessidade de que o Estado desenvolva políticas públicas afirmativas para a superação da pobreza, a geração de renda e emprego e a garantia de bem-estar.

Essa colocação foi realizada por meio da Plataforma Política Feminista que resulta da Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras⁹, por uma das integrantes da comissão organizadora chamada Guacira César de Oliveira¹⁰, que enfatizou a urgência da redefinição dos termos aos de uma verdadeira justiça social no país. Esse encontro significou o remate essencial de uma construção de quase duas décadas de luta pelo reconhecimento e incorporação do racismo, da discriminação racial e das desigualdades de gênero e raça que eles geram. Tal concepção constitui-se em um dos eixos estruturais da luta das mulheres brasileiras. A Plataforma, ao incorporar esse princípio, sela um pacto de solidariedade e corresponsabilidade entre mulheres negras e brancas na luta pela superação das desigualdades de gênero e entre as mulheres no Brasil (CARNEIRO, 2003).

É importante considerar, como afirma Munanga (1996), que para a construção de uma autêntica democracia, não pode negar as identidades múltiplas que compõem o que ele chamou de mosaico cultural brasileiro. Qualquer projeto não pode também ignorar o fato de que, além das diferenças, se é semelhante. O medo da sociedade racista está justamente “[...] na aceitação das semelhanças que fazem de nós seres capazes de exercer todas as atividades e não aquelas prescritas na diferença [...]” (MUNANGA, 1996, p.187). A construção de uma identidade afro-brasileira (diferente da que denomina o mito da democracia racial e a mestiçagem que deu origem a tal “brasilidade) e sim do ponto de vista político, que se refere a uma tomada de consciência de um grupo étnico-racial que foi excluído da participação na sociedade, mas que contribuiu economicamente com mão-de-obra escrava, e também na formação da cultura em todos os momentos da história do Brasil.

Nessa tomada de consciência étnico-racial, que é uma tomada de consciência que também pode acontecer como um gatilho para os demais grupos minoritários, está a pólvora necessária que dá movimento as reivindicações de direitos e, por conseguinte, a possibilidade de instalação de políticas públicas como as das ações afirmativas para os negros. Esse impulso

9 Conferência realizada em junho de 2002 na cidade de Brasília – DF.

10 Socióloga, diretora do Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) e AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras.

para ações afirmativas, neste início do século XXI, pela entrada dos negros na Universidade, surgiu efetivamente, na sociedade brasileira, o que resultou no debate sobre a democratização racial. Resultado dos esforços do Movimento Negro brasileiro, que hoje, além de perpassar o fato da democratização da universidade, passa também pelo debate da diversidade, como já foi discutido ao longo desse estudo. Assim, a necessidade do ingresso de populações subalternizadas, na esfera da complexidade das relações sociais se tornaram tema obrigatório, também pela atuação do Movimento Negro (SANTOS, 2006).

Na perspectiva de Munanga (2006), o melhor debate é aquele que consegue acompanhar a dinâmica da sociedade através das reivindicações de seus segmentos e não aquele que encontra abrigo em uma teoria que venceu a discussão da mistura racial, responsável pela estagnação das reflexões durante anos sobre diversidade cultural no Brasil, transformando em uma visão sincrética, reduzindo sua identidade unicamente à mestiçagem.

Existem indagações sobre as políticas afirmativas de reconhecimento das identidades “raciais”, especialmente da identidade negra, que por um lado não ameaçariam a unidade, ou essa identidade nacional ovacionada, e por outro, se não alimentaria a exaltação da consciência racial. Isto é, “bumerangue”, como define Munanga (2006), gerando assim conflitos raciais, que segundo esses indagadores, não existem na sociedade brasileira. Diante de preocupações como essa, surgem críticas contra as políticas de cotas, rotuladas como raciais. A caráter de exemplo ele cita,

[...] a ação afirmativa não veio somente para compensar negros pelo passado de escravidão e pelo presente da discriminação. Veio desfazer a ‘mistura racial’ para produzir só duas raças. Antes uma sociedade de classes que recusa reconhecer as identidades raciais, o Brasil é agora imaginado como uma sociedade de ‘raças’ e ‘etnias’ distintas. As políticas de ação afirmativa racial terão a consequência de estimular os pertencimentos ‘raciais’, assim fortalecendo a crença em raças (FRY, 2005, p. 336 *apud* MUNANGA, 2006).

Discursos como esse estão inflamados na atual conjuntura, desconsideram que o conteúdo no que se refere a raça é social e político. Munanga (2006), em tom de ironia, nomeia de “imaginação criativa” daqueles que pensam que as ações afirmativas possa desfazer a “mistura racial”. Ele cita os exemplos das leis e barreiras raciais, até mesmo de relações sexuais inter-raciais nos Estados Unidos e na África do Sul, mais conhecida como *apartheid*, não conseguiram desfazer a “mistura racial”, desta forma, como isso seria possível somente no Brasil por causa das cotas? Assim, ele finaliza afirmando que é a diferença fenotípica que cria esses problemas, e não a raça. A negação das diferenças ou a erradicação da raça não resolve os problemas sociais, a solução está sim na luta por uma educação que busca o convívio igualitário das diferenças.

Considerações finais

Esse artigo é de mesma autoria e resultado parcial da dissertação de mestrado intitulada “A universidade como território de resistências: trajetórias socioespaciais de mulheres cotistas do Câmpus de Araguaína – UFT”.

Discutiu-se, parcialmente, por meio da teoria das representações sociais, como circunda o processo de socialização na história de vida de cada sujeito, tendo em vista que as concepções de gênero e questões étnico-raciais e seus estereótipos se engendram durante todo esse percurso, contribuindo assim, como mais um suporte bibliográfico para entrar em contato com as histórias de vida das mulheres cotistas. Para isso, sob essa ótica, foi essencial observar tanto seu redor quanto suas atitudes construídas, considerando-se produto e produtor da sociedade e que toda biografia individual é um episódio da história da sociedade, que a precede e transcende. Tendo em vista que o êxito da socialização depende do estabelecimento de uma simetria entre o mundo objetivo da sociedade e o mundo subjetivo do indivíduo, a história de cada dessas mulheres pode revelar na prática o que a teoria ensina.

Além disso, destacou-se que cotas para todas as entrevistadas têm um papel fundamental na sociedade em meio a essas representações sociais, ainda como mulheres nas condições sociais

e os seus “lugares”, triplamente segregadores pela questão étnica/racial, do gênero e da classe. Isso representa uma grande conquista, por mais que para isso elas tenham que passar por diversas situações, como de preconceito e discriminação, além da falta do básico de subsistência, elas encontraram por meio desse espaço da universidade uma forma de visibilidade e emancipação. As cotas, sobretudo representam um marco em cada trajetória de vida, usando um termo de Kabengele Munanga (2001), “[...] *foi uma chave que abriu novas portas que estavam fechadas*” [...].

Referências

- BERGER, P. **Indivíduo e Sociedade**. In: “El Doseil Sagrado”, Amorrortu editores, Bs.As. 1971.
- BOURDIEU, Pierre et al. **O poder simbólico**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 de 11 de outubro de 2012**. Brasília, 15 de out. 2012b. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf> Acesso em: 23 Nov. 2017.
- _____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012a. Acesso em: 23 Nov.2017.
- _____. **Portaria MEC 18**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 c, Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf> Acesso em: 23 Nov. 2017.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos avançados, v. 17, n. 49, 2003, p. 117-133.
- CIAMPA, Antônio. **A estória do Severino e a história da Severina**. Editora Brasiliense, 1987.
- COSTA, Kênia Gonçalves. **A ilha do Bananal, o Povo Iny e suas representações cartográficas: dinâmicas geoambientais, territoriais e étnicas**. 2014. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais - Iesa, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GROSFUGUEL, Ramón. **Para descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonidade global**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do sul. In: Epistemologias do Sul. 2010.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Editora UFMG, 2006.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Editora Paz na Terra S/A – São Paulo, 1979.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos**. Revista USP, n. 68, 2006, p. 46-57.
- _____, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. Sociedade e cultura, v. 4, n. 2, 2001.
- ORTIZ GÓMEZ, Teresa. **Feminismo, mujeres y ciencia**. In: Rodríguez Alcázar, F. Javier; Medina Doménech, Rosa María; Sánchez Cazorla, Jesús (eds.). Ciencia, tecnología y sociedad: Contribuciones para una cultura de la paz, Granada, Universidad de Granada, 1997, pp. 185-203 1997.

PORTELLI, Alessandro. **Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. História Oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/FGV, p. 67-71, 2000.

SÁ, C. P. **Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria.** Em M. J. Spink (Org.). O conhecimento no cotidiano. As Representações Sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Política de cotas raciais nas universidades brasileiras: o caso da UERJ.** Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas. Brasília: UnB, 2006.

SISS, Ahyas et al. O LEAFRO e as ações afirmativas na UFRRJ: dilemas e perspectivas. In: MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira et al (Org.). **Educação, Relações étnico-raciais e resistência: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil.** Assis - Sp: Triunfal Gráfica e Editora, 2016. p. 125-140.

Recebido em 30 de novembro de 2018.

Aceito em 25 de março de 2019.